



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

CPI - BNDES			
EVENTO: Reunião Ordinária	REUNIÃO Nº: 1594/15	DATA: 02/09/2015	
LOCAL: Plenário 1 das Comissões	INÍCIO: 14h37min	TÉRMINO: 15h55min	PÁGINAS: 33
DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO			
SUMÁRIO			
Deliberação de requerimentos.			
OBSERVAÇÕES			
Houve intervenção fora do microfone. Inaudível.			



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Invocando a proteção divina e em nome do povo brasileiro declaro abertos os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar supostas irregularidades envolvendo o BNDES.

Informo aos Srs. Parlamentares que estão disponíveis cópias da ata da 5ª Reunião Ordinária da Comissão, realizada no dia 20 de agosto, e da 6ª Reunião Ordinária, realizada no dia 1º de setembro.

Indago ao Plenário se há necessidade de leitura das atas. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES - Peço dispensa da leitura das atas, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Exa.

Dispensada a leitura das atas, a pedido do Deputado Betinho Gomes.

Em discussão as atas. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira dicuti-las, em votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Deputado Bebeto, V.Exa. está com a palavra.

O SR. DEPUTADO BEBETO - Está disponibilizado aqui o conteúdo da ata?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Já se encontra.

O SR. DEPUTADO BEBETO - Para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - V.Exa. está com a palavra.

O SR. DEPUTADO BEBETO - Deixe-me ter acesso ao conteúdo da ata. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Com a palavra V.Exa., Deputado Bebeto.

V.Exa. já recebeu a ata?

O SR. DEPUTADO BEBETO - Não, não. Estou pedindo aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Solicito à assessoria o fornecimento da ata ao Deputado Bebeto. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO BEBETO - Essa é a de ontem, Presidente? É a do dia 1º que eu estou precisando. A do dia 1º não é essa. Eu quero a do dia 1º, a de ontem.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - A informação que tenho é de que as duas atas estão com V.Exa., Deputado Bebeto.

O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES - Sr. Presidente, enquanto o Deputado...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Com a palavra o Deputado Betinho Gomes.

O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES - Eu quero só fazer um pedido a V.Exa. Inclusive, essa foi uma questão que nos preocupou, sobretudo à bancada do PSDB, porque ontem foi veiculado em alguns veículos de comunicação um suposto acordo para não se convocarem empresários. E nós estivemos reunidos hoje, a bancada do PSDB, e rechaçamos qualquer tipo de afirmação que informe ou faça a ilação de que o PSDB tenha participado de acordos para não se convocarem empresários. Nós rechaçamos e achamos que esta CPI precisa deixar claro isso. Fizemos, inclusive, o entendimento ontem de que se colocaria na pauta de votação a convocação de alguns empresários.

Evidentemente, V.Exa. tem conduzido com equilíbrio esses trabalhos da Comissão, mas nós não podemos aqui ficar com essa dúvida que foi lançada, a partir de informações de bastidores, de que nós estaríamos construindo aqui um acordo para não convocar empresários. Se isso acontece, esta CPI fica ferida de morte.

Portanto, eu queria fazer esse registro. Tenho certeza de que é um sentimento da nossa bancada, o PSDB. Deixamos muito claro que nós queremos convocar empresários, que nós queremos trazer para cá pessoas que possam prestar esclarecimentos, sem antecipar juízo de valor, mas nós não podemos deixar de fazer esse esforço de dar a máxima transparência ao trabalho que está sendo realizado.

Nós confiamos na sua condição, nós temos certeza do seu equilíbrio e do equilíbrio do Relator, mas é importante que nós nos posicionemos sobre essa afirmativa que foi levantada aqui pela imprensa, inclusive afirmando que o Presidente da Casa teria interferido nesse procedimento.

O nosso partido, mais uma vez reafirmo, não coaduna com essa informação. Não participamos desse entendimento, que eu acredito que não haja, mas, de toda



forma, eu quero deixar muito claro, para que fique registrado aqui na ata desta reunião. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço e comungo, inclusive, com o pensamento de V.Exa.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Sr. Presidente, uma oportunidade aqui.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Com a palavra o Deputado Caio Narcio e depois o Deputado Arnaldo Jordy.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Sr. Presidente, apesar de me sentir contemplado nas palavras do Deputado Betinho Gomes, não posso deixar de falar por mim próprio, assim como ele falou pelo meu partido. Eu quero dizer que o meu compromisso com esta CPI é para que os brasileiros saibam que, se houver alguém culpado, essa pessoa será punida e investigada; se houver a inocência, que todos os brasileiros saibam que existe a inocência.

Da nossa parte, não existe nenhuma possibilidade de haver qualquer tipo de combinado que deixe qualquer empresário, qualquer político ou interessado de fora das investigações. E, da minha parte, como foi feito, eu fiz exclusivamente na vinda do Presidente Luciano Coutinho. Também estou encaminhando um requerimento para a quebra de sigilo telefônico dele, nas próximas, para as quais já temos requerimentos de convocação. Eu lamento que até hoje não tenhamos encaminhado a questão das convocações. Espero fortemente que, em breve, essa pauta possa ser aderida por esta Comissão, para que possamos demonstrar, de forma prática, que, pelo menos do lado de cá, não há acordo — e, pelo que eu sei, desse lado aí também não há.

Acho que a única forma de demonstrarmos isso claramente será através das atitudes e demonstrações dos fatos. É isso o que eu espero. Tenho confiança na condução que tenho visto até o momento e expresso, de forma muito clara, que da minha parte não haverá, de maneira nenhuma, qualquer tipo de combinado que possa, de alguma forma, deixar de apurar os fatos da maneira devida.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Exa., Deputado Caio Narcio.



Concedo a palavra ao Deputado Arnaldo Jordy.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Sr. Presidente, senhoras e senhores membros desta Casa, eu queria pontuar a V.Exas. o que eu já fiz, inclusive em caráter pessoal. Tive de V.Exa., Sr. Presidente, a posição que eu esperava, mas gostaria de explicitar, de publicizar isso aqui.

Primeiro, é evidente que são da natureza do Parlamento entendimentos e acordos. Não há Parlamento no mundo, em que não possa haver compreensões de entendimento sobre determinados procedimentos, sobre determinadas matérias.

No entanto, a matéria que saiu na *Folha de S.Paulo* e em outros veículos de imprensa me parece extremamente pejorativa para com esta CPI — e não estou dizendo que a matéria está infundada, pois a matéria não saiu do nada.

Da mesma forma, eu queria dizer que o PPS, partido que eu represento nesta Casa, não participou de nenhum entendimento para proteger quem quer que seja de vir a esta Comissão. Antecipo que esse não será o nosso procedimento. Pelo contrário, qualquer pessoa que esteja minimamente denunciada, envolvida, respondendo inclusive a investigação em outras esferas da República brasileira está quase que obrigada a vir aqui, se o fato envolver o foco desta CPI, ou seja, os recursos do BNDES.

Então, queria aqui dizer que eu não participei de acordo nenhum. O PPS rechaça — inclusive, se houve algum tipo de entendimento com quem quer que seja — a proteção da vinda de empresários ou agentes políticos a esta CPI. Se assim o fosse, seria preferível que V.Exa. encerrasse esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Em segundo lugar, há outra coisa que está saindo dos rumores e me parece que também não é boa para a CPI. V.Exa. já me disse que não tem participação nisso, mas está parecendo que toda grande decisão que se toma aqui tem que se consultar o Presidente da Casa, Deputado Eduardo Cunha.

Quero também dizer que esse é um procedimento que não cai bem para a soberania, que é constitucional, de prerrogativas que tem uma Comissão Parlamentar de Inquérito. A Comissão Parlamentar de Inquérito é representada pelos seus titulares e suplentes, que estão aqui, conduzidos — e bem conduzidos até agora, na minha opinião — por V.Exa. e pelo nosso Relator, coadjuvando



V.Exa., Deputado José Rocha, e pelo nosso 1º Vice-Presidente, Deputado Miguel Haddad.

É claro que isso não impede que eu ou qualquer outro Deputado possa consultar quem quer que seja, a Liderança dos seus partidos, etc., mas está parecendo, pela conversa informal, pelo burburinho, que, para toda decisão importante aqui, tem que se consultar o Presidente da Casa. Com todo o respeito à representação do Presidente da Casa, isso é absolutamente impertinente para uma Comissão Parlamentar de Inquérito.

Por fim, parece-me que nós devemos mudar um pouco o tom desta CPI, porque até agora o que nós temos visto é propaganda do BNDES, algumas até repetidas do ponto de vista das lâminas institucionais, e as pessoas fugindo das respostas. Pelo menos foi com essa sensação que eu saí ontem. Das três ou quatro perguntas que eu fiz, duas ficaram absolutamente distantes. É claro que o nosso convocado ou o nosso convidado tem o direito de não responder, mas ele tem que dizer que não quer responder. É um direito dele.

Esta CPI tem a oportunidade de buscar outros caminhos, que inclusive são da sua responsabilidade e da sua competência institucional. Agora, o que não pode é a gente perguntar uma coisa, o sujeito responder outra completamente alheia e, quando a gente vai pedir o cumprimento da resposta, dizerem: *“Acabou o tempo!”*, *“Não pode!”*, *“Encerra!”* E nós ficamos aqui com cara de pateta.

Então, são estas as três ponderações que eu queria fazer a V.Exa. no sentido de tentar corrigir esses rumos enquanto estamos no início dos nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Exa.

Deputado Delegado Edson Moreira. Na sequência, Deputado João Gualberto.

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - Sr. Presidente, eu sou um pouco mais prático. Eu não gosto de disse me disse e nem do que vem na imprensa. Isso não quer me dizer nada, quer dizer o fato que está acontecendo. Eu tenho certeza de que não aconteceu este fato: fazer acordo para não chamar ninguém.

Eu acho que nós estamos perdendo um tempo precioso para apreciar os requerimentos. De outro viés, gostaria que fosse cumprida, na realidade, Sr.



Presidente, a legislação, sob pena — isto aqui não é brincadeira, isto aqui é uma Comissão Parlamentar de Inquérito —, sob pena de nulidade, Sr. Presidente.

O bom advogado vem aqui e derruba toda esta CPI se continuar do jeito que está este negócio aqui. Eu já saí duas vezes. E vou sair quantas vezes for necessário quando eu vir que o Regimento não está sendo cumprido.

Por exemplo, não existe no Regimento prioridade para sub-relatores em relação aos outros que chegaram primeiro e que estão na lista. Quem chegar primeiro tem que ter prioridade. Quem tem prioridade é o Relator, o Presidente e as pessoas que estão na lista.

Gostaria que fosse respeitado o Regimento, e disse me disse não me interessa, isso faz parte. Toca para frente, Sr. Presidente, porque o tempo é curto, e nós precisamos ver o que nós conseguimos apurar disso aí.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Exa.

Deputado João Gualberto.

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - Sr. Presidente, preocupou-me muito e aos meus colegas de partido as notícias da imprensa que ocorreram a partir de ontem à noite sobre esse acordo.

Eu quero dizer que concordo com o Deputado Arnaldo Jordy, que os requerimentos do Relator, pela experiência que eu tive na CPI da PETROBRAS, não vão ajudar em nada. Eles vêm aqui, querem dar aula para nós, as respostas todas prontas. Desculpem-me a franqueza, mas, se no mês de setembro continuar vindo só os técnicos do BNDES, não vai andar nada.

Claro que eles deveriam ser convocados, convidados, mas, em outros momentos, depois que eles recebessem os relatórios de informação, etc. Neste momento, realmente, não vão ajudar em nada.

A postura do PSDB sempre foi de convocar os campeões, e ontem eu me surpreendi com o Zarattini quando ele sugeriu chamar os campeões. Se houve um acordo, que não foi um acordo, foi conversado aqui ontem com a Mesa, foi para que hoje fossem chamados os campeões, a Friboi, a Oi, estes que nós conhecemos, o Eike Batista, etc., nós fomos surpreendidos. Mas eu tenho certeza de que não, de que hoje nós vamos convocá-los.



Pela imprensa ficamos sabendo de que não haverá essa convocação hoje, que não vai ser votada. Eu tenho certeza de que o Presidente vai colocar em pauta para votar, porque isso mostra para a imprensa que não houve nenhum acordo. E para mostrar para a imprensa e para a sociedade que não houve acordo é muito fácil. É só votar hoje e pronto, acaba essa dúvida toda com a imprensa.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Vamos tocar e vamos votar hoje e convocá-los.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Exa.

Deputado Bebeto.

O SR. DEPUTADO BEBETO - Sr. Presidente, nós todos aqui, sem sombra de dúvidas, acreditamos no equilíbrio de V.Exa. na condução desta Comissão. V.Exa. demonstra sobejamente ser um Presidente, um Parlamentar que tem respeito pela sua própria trajetória e pela condução desta Comissão quando atua de modo equilibrado, respeitoso, garantindo o exercício pleno das prerrogativas inatas a cada um dos Srs. e Sras. Parlamentares.

Estou dizendo isto porque ontem nós tivemos oportunidade de ouvir o Vice-Presidente e a Diretora do BNDES, ao serem inquiridos pelos Srs. Parlamentares, e as evasivas que alguns disseram, apresentadas — para mim não foram mais evasivas —, por alguns apresentadas, dando conta de que as respostas não contemplavam os Srs. e as Sras. Parlamentares...

Eu procurei fazer uma abordagem levando em consideração que os temas reiteradas vezes aqui apresentados dando conta de uma eventual liberação de empréstimo, de uma contratação de empréstimo vinculado — portanto, a condição posterior da liberação de recursos para financiamento de campanhas tem sido a tônica nesse processo de debate que nós estamos enfrentando aqui na CPI...

Tive a oportunidade de sugerir a V.Exa. e aos pares que nós pudéssemos convocar o Presidente da JBS. Já que todas as intervenções recaem absolutamente sobre esse fato, seria uma oportunidade para superarmos, portanto, esse dilema, dissecar dúvidas eventuais em torno dessa vinculação que tantos apresentam que acham existir.

Causou estranheza o fato de ontem nós recebermos publicamente aqui a manifestação de diversos Parlamentares. Hoje essa nota dando conta de um



acordão que havia sido tecido no subterrâneo deste Parlamento, algo que eu não acredito. Os Srs. e Sras. Parlamentares que compõem esta Comissão são todos homens e mulheres dignos das suas próprias representações.

Ontem, ao término da nossa sessão, com a proposta que ficou aqui avençada de convocar as campeãs, penso que esta Comissão deu prova da sua autonomia. Ao dar prova da sua autonomia, também busca um caminho para dissecar as eventuais dúvidas que nós estamos enfrentando. Ponto.

Primeiro, é estranha essa tentativa que a imprensa veicula de um acordo, algo de que nós não participamos, de que o PSB não participa. Diversos outros Parlamentares já disseram. Nós queremos esclarecer os fatos, o papel da Comissão é investigação. Queremos ir a fundo, esclarecer os fatos, identificar se há essa relação como muitos dizem, como a imprensa trata, como aqui nós vimos ontem.

Primeiro, não participamos disso; segundo, quero reafirmar a nossa condição de convidar, convocar aqui os campeões; terceiro, em relação à ata, a discuti-la, eu gostaria que V.Exa. pudesse autorizar pelas notas taquigráficas a minha intervenção, fazer constar a indicação que nós fizemos e o apoio que tivemos de vários Srs. e Sras. Deputadas da convocação do Presidente da JBS, que não consta aqui. Portanto, das notas taquigráficas peço a V.Exa. fazer uma revisão, para que esta ata contenha integralmente o meu pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Deputado Bebeto, V.Exa. será atendido dentro do Regimento.

O SR. DEPUTADO MIGUEL HADDAD - Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Deputado Miguel Haddad.

O SR. DEPUTADO MIGUEL HADDAD - Queria primeiro ratificar aquilo que já foi falado por parte dos integrantes da bancada do PSDB. O último contato que nós tivemos foi aqui, onde houve uma deliberação. Essa foi a última relação que tivemos, a última discussão que tivemos em relação à pauta de hoje. Não há, não houve e não há nenhum acordo em relação à convocação às oitavas. Esse é o primeiro ponto.

O segundo aspecto, Sr. Presidente, acho que é fazer um apelo, naturalmente, para que nesta quinta ou na próxima terça nós tenhamos uma reunião deliberativa



onde possamos fazer as convocações que todos nós desejamos e que a sociedade brasileira aguarda.

O terceiro ponto — isso também aborda, faz parte da questão do relatório do Deputado José Rocha — é exatamente termos assessoria técnica, apoio técnico. Porque sem esse apoio a CPI pouco avançará. É essencial que nós tenhamos em tempo a Fundação Getúlio Vargas, os membros do TSU, da Polícia Federal, enfim, que nós tenhamos todo esse apoio técnico para que, no momento do recebimento dos documentos, nós possamos fazer uma leitura adequada. Fica o apelo para que possamos efetivamente avançar na CPI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Exa., e ouço o Deputado Davidson Magalhães.

O SR. DEPUTADO DAVIDSON MAGALHÃES - Sr. Presidente, eu também quero me associar à estranheza desse tipo de relação que está aí, da imprensa em relação a acordão para não convocação de empresários.

Em primeiro lugar, eu acho que esta CPI foi instalada diferentemente da CPI da PETROBRAS. Aqui é uma CPI que já existia na CPI da PETROBRAS, uma denúncia formalizada, um processo em curso. Essa CPI é uma CPI em que está partindo dela o processo de investigação para ver as possíveis denúncias e, principalmente, os três aspectos relacionados à razão de ser da CPI. Uma ação com os financiamentos externos, outras relacionadas às empresas que estão envolvidas no Lava-Jato e outra em relação às empresas que têm um critério das chamadas campeãs.

Então, eu acho que nesses três grandes blocos objeto da investigação da CPI nós precisávamos, inclusive, estruturar — eu sugiro ao próprio Relator e aos colegas que estão fazendo os requerimentos de convocação — para fazer essas convocações em bloco dos empresários, para tratar das empresas que estão relacionadas com a Lava-Jato num bloco, e tratar das campeãs. E sou a favor da convocação de todos, porque acho que nós estamos aqui para investigar.

Sou contra o... Não, aqui, o proselitismo político é se fazer. Isso vai ser enfrentamento, porque nós sabemos que, nesse espaço da CPI, existe, além do processo da investigação, uma peleja política. E ninguém aqui é infantil de não



perceber isso. Quanto ao proselitismo político, eu saberei colocar de que lado estarei desse debate político.

Agora, em relação à investigação, eu me associo a todos aqueles que querem trazer todos os empresários aqui para fazer a investigação, para que, efetivamente... Nós não estamos aqui para brincar de Parlamento. Nós representamos a sociedade brasileira e queremos passar isso a limpo. Então, nesse sentido, também vou me associar a todos os Deputados.

Não vi nenhum Deputado aqui externar nem comentar sobre possíveis acordos. E acho que a forma principal de combater esse tipo de boataria é não deixar essa CPI se pautar pela imprensa, mas se pautar pelo correto tratamento que deve ser de convocação.

E, nesse sentido, também gostaria de reafirmar que a posição do Relator, em trazer primeiro diretores do BNDES, de fazer a convocação, a solicitação de informações, é necessária para nós trabalharmos. Se nós não tivermos as informações, se não tivermos a exposição inicial, que foi feita pelos diretores do BNDES, como é que vamos dar um processo de investigação? Porque, diferentemente da CPI da PETROBRAS, que já tinha fatos materializados, denúncias já transformadas em processo que estavam em curso no Ministério Público Federal...

Eu acho que nós precisamos, portanto, fazer essa diferenciação no processo de investigação. Sugiro que a atividade que foi desenvolvida até agora tem sido uma atividade válida. Parabenizo o Relator pela apresentação desse roteiro. E que, adiante, nas próximas oitivas, a gente já avance para esses blocos de empresas.

Vou até sugerir aqui que, ao invés de convidar só empresários, nós chamemos por bloco, para que tenhamos um tratamento mais unificado sobre o debate que vai se dar naquele momento. Um é um debate sobre a questão do Lava-Jato. Tem um conjunto de empresas? Vamos convidar o conjunto de empresários. Depois a gente parte para o segundo, os campeões, ou seja, estabelecer um critério que a gente possa facilitar, inclusive, o próprio debate e investigação dentro da CPI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço ao Deputado Magalhães.

Deputado Bady.



O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BADY - Boa tarde, Sr. Presidente Marcos Rotta, Sr. Relator, José Rocha, Sr. Vice-Presidente, Miguel Haddad, todos os demais Deputados e Deputadas presentes aqui nesta Comissão. Eu também gostaria de reiterar o esclarecimento da nossa bancada do PSDB por parte de qualquer tipo de acordo que tenha sido estabelecido para evitar que houvesse o prosseguimento e a evolução das investigações.

Nós entendemos que é necessário prosseguir nas investigações. Portanto, necessário é receber os documentos, os contratos celebrados, nacionais e internacionais. Precisamos muito, Sr. Presidente, desses contratos, para que cheguem até o conhecimento de todos os que requereram e, fundamentalmente, dos que participam, para que, ao convocarmos aqui empresários, políticos ou supostos envolvidos em tráfico de influência, que nós tenhamos conhecimento, tenhamos propriedade, e mais, tenhamos sabedoria do que iremos dialogar.

Porque quando vêm aqui funcionários do banco, Sr. Presidente, eles vêm nos dar aula. Nós não temos informações necessárias, a não ser aquelas que são consultadas pelos veículos de imprensa ou aquelas que nós supostamente tenhamos por qualquer outra fonte.

Então, é muito difícil trabalhar sem informação. Então, o banco deve ter prazo legal para nos devolver essas informações e, a partir delas, é de fundamental importância que nós possamos convocar os empresários que são envolvidos, supostamente, em qualquer tipo de deliberação por parte do banco, de privilégio. Se é o supercampeão, se é aquele que tentou buscar o empréstimo e conseguiu, ou não conseguiu, é aquele que a CPI requerer.

Então, nós precisamos, Sr. Presidente, da sua atuação firme, para que as informações que já foram requisitadas, que foram obra de requerimentos aprovados aqui, nesta Comissão, cheguem ao nosso conhecimento. Senão, da mesma forma que vieram e que estão vindo os diretores e funcionários do BNDES, virão também empresários, virão todos os membros que forem convocados, e nós não teremos informações necessárias.

Então, é importante que cheguem às nossas mãos todas as informações oriundas de requerimentos, a fim de que estejamos preparados para que, sim, possamos convocar a quem quer que seja. E a deliberação do PSDB já foi colocada



aqui por toda nossa bancada. Nós queremos, sim, convocar empresários, queremos, sim, convocar políticos que estejam supostamente envolvidos em tráfico de influência, tanto que é objeto de requerimento do nosso partido, de amplo conhecimento. E queremos convocar todos aqueles que estiverem envolvidos em operações do BNDES, mesmo que contratos não tenham sido celebrados, pelo fato de que queremos entender qual foi a política adotada pelo banco. Esse é o motivo da CPI: pesquisar, investigar todos os motivos, razões, contratos celebrados e atos do BNDES, entre 2003 e 2015, e, fundamentalmente, que saíamos daqui com políticas e diretrizes claras do banco para que, a partir de 2016, ele tenha uma política transparente para com todo o setor produtivo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço, Deputado Bady. Acho que nós já esgotamos o posicionamento.

Deputado Fofoca, V.Exa. quer a palavra?

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FOFOCA - Dois minutinhos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Deputado André Fofoca.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FOFOCA - Sr. Presidente, inicialmente, para que se deixe claro que sobre a CPI, principalmente no que diz respeito aos sub-relatores, eu gostaria de dizer que o próprio art. 172, como o 174, quando falam do cronograma daqueles que irão falar na CPI, são bem claros quanto ao Relator. E a sub-relatora é usada como analogia, não apenas nesta CPI, mas em todas as CPIs que já foram feitas nesta Casa. Se nós pegarmos as três CPIs do primeiro semestre e as que estão em caminhamento agora, todas elas utilizam relatoria e, por analogia, a sub-relatora, para que eles fiquem na ordem. Então, os artigos 172 e 174 são claros quando dizem isso.

Em segundo lugar, a Comissão Parlamentar de Inquérito foi feita para investigar denúncias de irregularidade e supostas irregularidades. Nós temos que investigar, esmiuçar todos os pontos; porém, temos que ter aqui uma coisa muito interessante chamada responsabilidade. Não podemos nós aqui crucificar pessoas, colocando nesse banco donos de empresas, empresários, apenas pelo fato de supostas denúncias. Eu acho que primeiramente devemos nos sobrecarregar, devemos nos munir de informações, para que, aqueles que vão aí, não venham dar aula para a gente, mas, sim, respondam àquilo que perguntamos.



Então, é essencial que, antes de crucificarmos, tenhamos informações precisas, para que esses que vêm aí como depoentes não sejam meros professores, mas, sim, acusados.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. DEPUTADO PAULO MAGALHÃES - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Deputado Paulo Magalhães.

O SR. DEPUTADO PAULO MAGALHÃES - Sr. Relator, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, eu gostaria de parabenizá-lo pela forma como está conduzindo os trabalhos nesta Comissão e, na mesma linha, gostaria que V.Exa. me informasse o porquê da mudança na metodologia. Nós apresentamos, inclusive eu apresentei, alguns requerimentos convocando cidadãos, empresários, diretor, ex-presidente de banco, como foi o meu caso, e eu estou vendo hoje uma mudança na postura da Presidência e da Comissão.

Gostaria que V.Exa. me desse essa informação. Evidentemente, longe de mim, pensar em acordo, porque isso aqui não se pensa. Mas eu gostaria que V.Exa. me informasse o porquê da mudança da metodologia, já que estávamos todos convictos de que íamos aprovar requerimentos de convocação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Deputado Paulo, eu vou encerrar esse assunto, Deputado Carlos Melles, senão nós vamos ficar remexendo essa questão.

O SR. DEPUTADO PAULO MAGALHÃES - Não, V.Exa. entenda bem: longe de mim qualquer alusão. Eu estou fazendo uma pergunta clara e explícita.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Primeiro, eu vou dizer a V.Exa., a esta Casa, à sociedade brasileira que, com a mesma cautela, o mesmo respeito, a mesma ponderação de sempre, tenho procurado exercer o meu papel de Presidente, sabedor inclusive da responsabilidade que carrego nos ombros, porque, de um lado, o meu papel será o do início, meio e fim, dotar esta Comissão para que possa verdadeiramente responder aos questionamentos da sociedade brasileira, que nós temos a missão, a responsabilidade e o orgulho de representar.

Por outro lado, eu já disse e vou repetir, que eu, como Presidente, vou adotar todas as medidas possíveis para que nós todos possamos ter consciência de que estamos num processo investigatório de uma das mais importantes, senão a mais



importante entidade de fomento que nós temos no nosso País. Então, eu tenho esta responsabilidade de, ao mesmo tempo, dotar a Comissão de tudo que é necessário para que ela funcione e, ao mesmo tempo, tentar preservar uma entidade de grandes serviços prestados ao nosso País.

Com relação a V.Exa., o Presidente desta Casa, tenho o Presidente Eduardo Cunha como uma das pessoas mais inteligentes e preparadas com quem tive o privilégio de conviver. Como pessoa preparada, como pessoa inteligente, como pessoa que sabe do viés político que uma Comissão Parlamentar de Inquérito carrega, eu não tenho dúvida alguma de que o Presidente Eduardo Cunha sabe que, para nós podermos funcionar, precisamos de algo chamado autonomia.

Em nenhum momento, Deputado Paulo, eu, ou quem quer seja que eu tenha conhecimento, recebi qualquer tipo de orientação, de sugestão ou de veto, para que nós não pudéssemos deliberar nesta Casa. Em nenhum momento, reafirmo a V.Exas., eu, na condição de Presidente, e penso que também o Relator, Deputado José Rocha, sofremos qualquer tipo de orientação, por menor que fosse, na condução dos trabalhos. Como inteligente que é, acho que o Presidente Eduardo Cunha carrega dentro de si o que nós precisamos para funcionar e para que possamos dar as respostas necessárias no processo e no curso da investigação. Nós precisamos de autonomia.

A CPI não é uma ação entre amigos. Nós temos aqui várias correntes políticas e várias correntes ideológicas. Penso que momento oportuno haverá de ser dado para as convocações. Agora, eu não consigo entender como é que nós vamos convocar alguém se ainda não esgotamos o processo de solicitação de informações. Hoje, por exemplo, nós vamos deliberar quase 90 requerimentos das Sras. e dos Srs. Parlamentares, solicitando informação de documentos e também deliberar sobre pedido de informação. Toda a CPI a que eu tive acesso, inicia exatamente por essa ordem: primeiro, pedem-se as informações, estudam-se as informações, deliberam-se sobre as informações, toma-se ciência sobre o que se está investigando, e, aí, sim, começa o processo de convocação.

Vejam que eu não tenho nenhum tipo de problema. E vou tornar público o que já conversei com vários Parlamentares: eu não tenho nenhum tipo de problema para convocar A, B ou C. A postura que eu adotei, desde o início desta CPI, é de tentar



fazer com que a gente tenha consenso para facilitar o andamento desta Comissão Parlamentar de Inquérito, e para facilitar, acima de tudo, o trabalho dos Relatores e do Presidente. Mas se nós chegarmos num ponto de afunilamento das questões, onde não houver consenso, onde não houver acordo, não tenham dúvida alguma de que vou exercer o meu papel de Presidente desta CPI, e vou pautar os requerimentos de V.Exa.

Aliás, todos os Parlamentares que compõem esta Comissão Parlamentar de Inquérito têm várias, várias alternativas regimentais para colocar em pauta os seus requerimentos. Eu não quero ensinar a V.Exas., mas todos aqui sabem que vários artigos do Regimento permitem que V.Exas. coloquem, dentro do apoio necessário que necessito qualquer matéria, para que seja votada e deliberada por esta Casa.

Então, torço para que continuemos tendo a altivez, esse nível elevado de discussão, para que possamos compreender que nós estamos num momento de cronograma. Primeiro, vamos pedir as informações. Estamos ouvindo representantes do banco. Vamos ouvir todos os ex-presidentes do BNDES, que compreendem os anos de investigação de 2003 a 2015; vamos ouvir o Tribunal de Contas da União, que tem um trabalho muito aprofundado a respeito da questão, envolvendo os financiamentos do BNDES. Essa solicitação partiu inclusive do próprio Senado Federal; vamos ouvir o COAF; e depois nós vamos deliberar.

O que V.Exas. precisam compreender é que de minha parte não existe, não existiu e não vai existir blindagem de quem quer que seja. V.Exas., pela maioria, haverão de deliberar as questões inerentes a esta Comissão Parlamentar de Inquérito, e haverão de dar o norte a ser seguido por esta Comissão.

O SR. DEPUTADO PAULO MAGALHÃES - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Deputado Paulo Magalhães.

O SR. DEPUTADO PAULO MAGALHÃES - Eu ouvi atentamente as colocações de V.Exa., inclusive estranhei até o tom, e mais ainda quando V.Exa. fez uma citação do Presidente Eduardo Cunha, que não foi citado em nada. Eu não coloquei ...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Não, o Deputado Eduardo Cunha foi citado aqui como alguém que estava interferindo nas ações da CPI.



O SR. DEPUTADO PAULO MAGALHÃES - Eu não ...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Não por V.Exa.

O SR. DEPUTADO PAULO MAGALHÃES - Eu não faço esse tipo ...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Mas eu ouvi.

O SR. DEPUTADO PAULO MAGALHÃES - Eu não faço esse tipo de colocação, até porque não vejo necessidade de colocar o nome do Deputado Eduardo Cunha neste momento. E o que posso dizer a V.Exa., com todo o respeito e reiterando a minha colocação primeira de que V.Exa. está conduzindo muito bem os trabalhos desta Casa, é que efetivamente houve uma mudança. Evidentemente que essa mudança pode ter sido em função de querer mais velocidade no processo, e eu entendo perfeitamente. Longe de mim querer polemizar com V.Exa. Mas eu faço questão de deixar pontificado, veja, pontificado, educadamente, e com um tom bem brando, ao contrário...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Não, o meu tom também é bem brando.

O SR. DEPUTADO PAULO MAGALHÃES - ... ao contrário do de V.Exa. Aliás, nós queremos a mesma coisa: buscar levar ao Brasil as informações que o Brasil clama. Muito obrigado pela paciência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Não, agradeço a educação e a gentileza de V.Exa., Deputado Paulo Magalhães.

E eu ratifico o que disse a V.Exa.: Nós temos um cronograma, nós não estamos aqui num voo cego. A CPI tem um cronograma de trabalho com um mês para frente de ações já delimitadas e já definidas. Então, eu acredito que, quando nós superarmos essa primeira etapa, vai ser quase impossível não deliberarmos sobre as convocações feitas por V.Exa. Então, nós vamos...

O SR. DEPUTADO PAULO MAGALHÃES - Presidente, só a título de ilustração, quando eu estou ratificando minha posição e colocando com toda a singeleza, é porque, em função das convocações de presidente, de ex-presidente, eu achei importante e necessário convocar o ex-presidente Luiz Carlos Mendonça de Barros, que nos ilustraria muito com as informações sobre três...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Mas, Deputado Paulo, ele foge, eu acho, que do período de investigação da CPI, de 2003 a 2015. Eu acho que



ele é anterior a esse período objeto, foco da investigação. Eu acho que por isso que ele não fora convocado. Deputado Carlos Melles.

O SR. DEPUTADO PAULÃO - Presidente, só uma questão de ordem, Sr. Presidente, em relação à fala do Deputado Paulo Magalhães, quando ele cita o ex-presidente no período que define e preconiza a CPI, ele representava o conselho de administração. Portanto, ele está dentro do período, do esboço da CPI. Mas isso é uma discussão no momento dado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - V.Exas. vão discutir isso.

Deputado Carlos Melles.

O SR. DEPUTADO CARLOS MELLES - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, rapidamente, para não ser repetitivo, Zarattini brincava que um dos culpados sou eu, em função dos requerimentos. Nós propusemos o convite ao Luiz Carlos Mendonça de Barros, que vale a pena, sim, vir aqui. Os outros, não. Os que tiverem o período em vigência da CPI, da convocação.

Mas eu queria, por uma questão que eu acho basilar no nosso trabalho, a informação seguinte: quem foi ou se foi contratado uma Getúlio Vargas, uma Dom Cabral, uma McKinley, quem foi contratado para dar suporte técnico à CPI? Se isso não foi feito ainda, nós precisamos fazer, Presidente, com urgência, Sr. Relator, porque esse é o caminho que dará a nós a possibilidade de avaliarmos e estudarmos bem, porque nós vamos chegar aqui numa hora de quebra de sigilos. É inevitável chegar numa CPI, mas não podemos ser levianos de pedir quebra de sigilo sem informações.

O segundo e último ponto é que nós temos 180 requerimentos. Não custa aprovar esses requerimentos, porque muitos são coincidentes, são colaterais. E, depois, a convocação é outro espaço. E nós ficaremos longe da mídia, para que não possa explorar esses movimentos, como foram explorados hoje.

Nada mais denigre uma CPI do que acordos sobre quem chamar ou não chamar. E a imprensa nos coloca aqui dentro em uma condição desfavorável com relação ao nosso trabalho.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço, Deputado Carlos Melles. E comunico, já aproveitando a solicitação de V.Exa., que a Mesa Diretora já



foi oficiada há uns 10 dias, 15 dias a respeito dessa solicitação, inclusive do Relator-Geral. E a informação que nós temos é que há uma tratativa com a Fundação Getúlio Vargas para que a Fundação Getúlio Vargas possa, então, de posse das informações e da necessidade do Relator e da CPI, promover essa parceria com a Comissão. Mas isso está sendo estudado, e, no curtíssimo espaço de tempo, quero acreditar que nós teremos uma entidade para assessorar a CPI.

O SR. DEPUTADO CARLOS MELLES - A entidade deve estar trabalhando conosco. O primeiro passo, a contratação, deverá ser de acordo com a Comissão, para que a gente saiba de onde estamos partindo e para onde queremos chegar. Se for uma coisa isolada, torna-se perigoso para nós aqui, da CPI. Ela é de assessoria à CPI. Está certo? É preciso que tenhamos muito cuidado com isso.

Eu estou dizendo muito, porque passei por momentos difíceis como Relator, e, se não fosse uma boa assessoria democratizada e com a confiança dos pares, nós não teríamos chegado a um bom termo. E é um caso que podemos também chegar, vamos dizer assim, a essa desconfiança, se nós não tivermos essa clareza com quem vai nos assessorar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Com certeza as providências serão tomadas nesse sentido, Deputado.

Concedo a palavra ao Relator, Deputado José Rocha.

O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES - Antes do Relator, Presidente, só para aproveitar, eu queria uma informação.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Presidente, eu devo dar uma satisfação a todos e a todas desta Comissão. Esta Relatoria, no seu programa de trabalho, apresentou à Presidência da Comissão, que deve encaminhar à Presidência da Casa e aos órgãos aqui elencados, a necessidade de técnicos para assessorar a Relatoria.

Nós apresentamos, inclusive, a sugestão de que fosse contratada a Copenhagen, que é uma empresa de auditoria da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Não tenho ainda conhecimento do retorno do andamento da contratação — o Presidente, pode dizer isso — da empresa de auditoria.



Também solicitamos técnicos do TCU, da COAF, da CG, da Polícia Federal, e, até o presente momento, ainda não recebemos nenhum desses técnicos. Hoje fui procurado pelo COAF, que está designando um técnico para assessorar a nossa Comissão.

A Comissão já dispõe de uma sala com 12 boxes para técnicos, uma sala para a Relatoria, uma sala com câmera para abrigar os documentos sigilosos que vierem à Comissão. Então, do ponto de vista de infraestrutura, a Casa já ofereceu à Comissão estrutura física, mas a de pessoal nós ainda não recebemos esse contingente de técnicos, inclusive de solicitação de técnicos para ficar à disposição, dois técnicos do Banco do Brasil, da Polícia Federal, e todos esse outros ainda não chegaram à Comissão.

E eu aqui, Deputado Betinho, reitero a necessidade da vinda desses técnicos o mais urgentemente possível, porque os documentos já estão chegando à Comissão, e nós temos que começar a analisá-los. E, para analisá-los, temos que ter os técnicos especialistas em cada área que diz respeito aos documentos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço ao Relator e só reforço suas palavras. Comungo da preocupação dele. Nós temos, por exemplo, uma negativa da Receita Federal, para que pudesse enviar para cá, nós temos a negativa do COAF, dizendo que não tem suporte de pessoal.

Então, nós estamos enfrentando também esses pequenos problemas, mas eu acredito que nós vamos superá-los, Relator, num curtíssimo espaço de tempo, para dotar V.Exa. de todas as condições de infraestrutura, de modo que V.Exa. possa desempenhar bem o seu papel.

Darei a palavra agora aos Deputados Reginaldo Lopes, Aguinaldo Ribeiro, Bebeto e André Moura. Faço um apelo a V.Exas. para que sejam breves, de modo que a gente possa deliberar sobre a pauta de hoje.

Vamos ver, inclusive, se a gente consegue votar em bloco. É até um apelo que faço a V.Exas., no sentido de que a gente possa votar todos os requerimentos de pedido de informação e de envio de documentos em bloco.

Se não houver nenhuma objeção, eu concedo a palavra ao Deputado Reginaldo Lopes.



O SR. DEPUTADO REGINALDO LOPES - Sr. Presidente, primeiro, em relação aos requerimentos de informação, como o conjunto de Deputados e seus partidos e bancadas terão acesso a essas informações? Será de acordo com o interesse ou nós vamos sistematizar essas informações? Essas são dúvidas que eu tenho.

Segundo, nós precisamos ter uma metodologia também para estudar essas informações: em reuniões administrativas, em reuniões dos membros desta CPI. Qual vai ser a metodologia para que a gente possa estudar e debater um pouco essas informações?

Por último, eu acho, Sr. Presidente, que nós temos um roteiro de trabalho. V.Exa. foi correto e assertivo quando afirmou esse roteiro. É importante que a gente cumpra esse primeiro roteiro, porque eu acho que ele vai nos dar uma noção bem mais objetiva sobre o financiamento do BNDES.

Ao contrário de alguns colegas que falaram aqui — eu respeito a opinião deles —, o banco de fomento é muito diferente de banco de varejo. Eu acho que é preciso haver uma compreensão sobre o banco.

Os convidados, os diretores, os Vice-Presidentes vieram aqui num tom mais professoral, porque, de fato, são aquelas as informações que eles têm para nos fornecer. O banco tem um modelo de gestão, de governança, de transparência. É um banco com muito critério, pelos seus lucros, pelos seus resultados. Esse modelo de banco está em conformidade com outros modelos de banco com essas características em outros países. Portanto, eu acho que nós deveríamos seguir, sim, o roteiro.

Quero dizer que, em relação ao grande debate sobre o setor de carne, é importante talvez convidar o ex-Presidente do banco também, o Luiz Carlos Mendonça de Barros, porque ele mesmo afirma que iniciou esse processo, há mais de 20 anos, de consolidação de alguns setores da economia brasileira, em especial, segundo ele declarou numa entrevista coletiva, o setor de carne. Então, eu acho importante também ouvi-lo nesse sentido.

O SR. DEPUTADO PAULO MAGALHÃES - Foi conselheiro do banco!

O SR. DEPUTADO REGINALDO LOPES - Ele foi conselheiro e tal.



Acho que nós vamos seguir esse roteiro e encaminhar os nossos trabalhos para apuração.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Exa., sempre muito ponderado nas suas colocações, Deputado Reginaldo.

Tem a palavra o Deputado Aguinaldo Ribeiro.

O SR. DEPUTADO AGUINALDO RIBEIRO - Sr. Presidente, gostaria primeiro de reiterar aqui a nossa confiança e, tenho certeza, a de todos os nossos pares na sua condução dos trabalhos, em função da seriedade, sobriedade e serenidade para comandar uma Comissão como esta, pela natureza que aqui já foi descrita.

Então, o primeiro assunto é que nós não estaremos aqui pautados por quem quer que seja. Eu acho que a pauta é definida aqui, na Comissão. Eu não vou entender nenhum tipo de ilação e de especulação que possa haver, que possa representar interferência aqui dentro desta Comissão

Acho que fica muito claro para todos nós que existe, como já foi dito aqui muito bem por diversos colegas, um roteiro a ser perseguido, até porque, se nós não sistematizarmos os trabalhos da Comissão, corremos o risco de chegar ao prazo determinado sem que tenhamos conclusão efetiva e novamente corremos o risco que muitas Comissões Parlamentares de Inquérito já correram de isso dar em nada, e esse descrédito repetidas vezes termina por ocorrer. Esta é uma preocupação que nós temos.

Quero ressaltar a importância de nós, como Parlamentares, membros desta Comissão, assistirmos o Relator, assistir no sentido propriamente dito de dar assistência a esse trabalho que está sendo roteirizado pelo Relator e que foi aprovado pela maioria da Comissão, sem prejuízo de nenhum Parlamentar requerer aquilo que ache necessário. Isso é fundamental para que nós possamos ver a Comissão produzindo.

Outro tema que eu acho importante, Sr. Presidente, pautado exatamente em cima do seu roteiro, Sr. Relator, é que nós podemos até brigar nos critérios. Eu acho fundamental definir critérios, porque, quando se definem critérios, pode-se até brigar nos critérios. Definidos os critérios, nós teremos um parâmetro para aprovarmos, por exemplo, os requerimentos de convocação e definirmos a ordem da convocação



dessas pessoas nesse calendário, enfim, atenderemos ao interesse comum da Comissão como um todo.

Nesse sentido, quero encerrar, pedindo que V.Exa. nos direcione para os próximos passos que haveremos de dar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço ao Ministro Aguinaldo Ribeiro e o cumprimento.

Com a palavra o Deputado Bebeto.

O SR. DEPUTADO BEBETO - Sr. Presidente, é apenas para ratificar a nossa crença nesse equilíbrio que V.Exa. tem tido à frente da Comissão. Não temos dúvida da idoneidade e da responsabilidade que V.Exa. carrega sobre os ombros. No entanto, gostaria de fazer duas rápidas observações.

Primeira observação: V.Exa. chamou esse tema, e eu me incumbi aqui também de observar que nós aprovamos o escopo do plano de trabalho com um rito definido a partir da manifestação das Sras. e dos Srs. Deputados. É óbvio que, ao aprovar esse rito, não há contradição, não é excludente a aprovação do escopo com as prerrogativas regimentais das Sras. e dos Srs. Deputados de, a qualquer tempo, apresentar um requerimento para ser votado. Então, não são excludentes essas posições, mesmo reconhecendo que nós estamos numa fase de ouvir o BNDES, posteriormente vamos ouvir outro segmento e depois as empresas campeãs. Isso em nada diminui o papel desta Comissão ou das Sras. e dos Srs. Parlamentares de aprovar requerimentos que tratem deste tema, obedecendo ao cronograma preestabelecido no escopo que nós aprovamos.

Portanto, nós insistimos nessa tese, que é regimental, da prerrogativa das Sras. e dos Srs. Deputados, e V.Exa. muito bem reconhece isso, a fim de que nós possamos garantir esse debate em torno dos requerimentos que nós estamos apresentando.

O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES - Vamos votar, Sr. Presidente!

Sr. Presidente, só uma observação sobre a sua proposta de votar em bloco. Nós não temos nenhuma objeção no sentido de votar em bloco, mas há apenas alguns requerimentos, de autoria do Deputado Zarattini, sobre os quais eu gostaria de fazer uma reflexão à parte, porque versam sobre licitações de órgãos estaduais, especificamente do Governo de São Paulo. O Deputado Zarattini está solicitando



requerimento sobre os processos licitatórios que não estão diretamente ligados ao financiamento. Inclusive, é bom registrar que esses documentos são públicos e podem ser solicitados a qualquer momento, por qualquer cidadão, através de pedido de informação inclusive via Lei da Transparência.

Eu queria só fazer essa ressalva de que nós poderíamos votar em bloco e solicitar que nós pudéssemos, nesses requerimentos, especificamente, fazer uma análise em separado, porque, no nosso entendimento, não se trata de assunto inerente à CPI, são documentos de licitação, não são contratos do BNDES, são licitações de projetos para determinada obra estadual.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Exa.

Ouçó o Deputado Carlos Zarattini.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Sr. Presidente, eu gostaria de me manifestar aqui sobre o primeiro requerimento, cuja votação foi gentilmente adiada, em outra sessão, com a concordância do Deputado Miguel Haddad. Vamo-nos posicionar a favor dessa votação, em primeiro lugar, porque esses documentos foram manipulados e expostos através da revista *Época*. São requerimentos sigilosos do Ministério de Relações Exteriores que foram vazados e divulgados de forma irregular pela revista *Época*.

Inclusive, hoje, na Comissão de Relações Exteriores, nós solicitamos um convite ao Procurador-Geral da República para que converse com a Comissão de Relações Exteriores sobre esse crime de vazamento desses documentos sigilosos, não por decisão da Presidência da República, mas por uma lei que foi votada neste Parlamento. Então, nós concordamos com isso, mas queremos fazer notar a importância de mantermos o sigilo desses documentos.

Quanto aos Requerimentos de n.º 37, 38, 39, 40 e 42, que dizem respeito à solicitação de cópias do processo de licitação de linhas do metrô de São Paulo financiadas pelo BNDES, a pedido do Deputado Miguel Haddad, nós estamos concordando em adiar essa votação para a próxima sessão deliberativa. Nós consideramos que é recurso público do BNDES, direcionado ao Estado São Paulo, que realizou a licitação. Então, nós queremos saber como foi essa licitação, nada mais do que isso.



O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES - Deputado, só me permita acrescentar? Para lhe ajudar, não vou contestá-lo, mas apenas reforçar que, se esse requerimento incluir outros Estados, não vai ter de nossa parte...

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Exato. É que os requerimentos são específicos para determinado contrato. Se o Deputado Miguel Haddad apresentar requerimentos para outros Estados ou mesmo para outros órgãos do Governo Federal que realizaram licitações para obras ou serviços com recursos do BNDES, da nossa parte também não haverá nenhuma discordância. Nós queremos investigar e ter conhecimento de como foi isso. Então, nós estamos acatando a solicitação do Deputado Miguel Haddad de deixar isso para a próxima reunião.

Por fim, Sr. Presidente, eu gostaria de fazer um apelo a todos os colegas que estão trabalhando com requerimentos extra pauta, no sentido de que também esses requerimentos fiquem para a próxima sessão deliberativa. O Deputado Jordy está aqui. Já conversei com ele, bem como com o Deputado Bebeto. Não sei se há outro requerimento que também está em articulação. Que nós votássemos agora esse conjunto de propostas que está na pauta de hoje de requerimentos de informação. Exceto aqueles eu citei, de minha autoria, nós gostaríamos de apoiar a votação de todos eles e solicitar a compreensão daqueles que estão juntando assinaturas para requerimento extra pauta. Que esses requerimentos fiquem para a próxima sessão deliberativa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Deputado Zarattini, só para ficar claro, V.Exa. está pedindo a retirada dos Requerimentos de n.º 37 a 42?

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Exceto o 41, que solicita ao BNDES todos os contratos de financiamento para Estados, Municípios, empresas públicas estaduais e municipais. Então, é um requerimento que não diz respeito ao Estado de São Paulo, pois a maior preocupação do Deputado Miguel Haddad são os relativos ao Governo do Estado de São Paulo, que nós concordamos em deixar para a próxima semana.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Exa.

O SR. DEPUTADO MIGUEL HADDAD - Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Com a palavra o Deputado Miguel Haddad.



O SR. DEPUTADO MIGUEL HADDAD - Queria agradecer a deferência por parte do Deputado Zarattini e deixar muito claro que a minha solicitação de prorrogação não foi em função de qualquer tipo de preocupação, até porque a documentação é pública, a licitação é pública, é aberta, mas apenas para poder mantermos um alinhamento. A licitação, na nossa opinião, é um tema que cabe a avaliação e a fiscalização por parte das Assembleias Legislativas. Uma coisa são os recursos destinados por parte do BNDES e outra são as licitações, que, num certo momento, podem até se confundir oportunamente, se de fato houver qualquer indício.

Essa é a nossa motivação. Quero trazer aqui esses esclarecimentos, Deputado Carlos Zarattini, e agradecer a compreensão. Na semana que vem, naturalmente na próxima sessão, o tema volta à tona.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - É só lembrar, Deputado Miguel, que todos os contratos feitos, as licitações feitas com recurso federal são fiscalizadas e auditadas pelo Tribunal de Contas da União. Portanto, dizem respeito também à fiscalização deste Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Deputado Bady.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BADY - Eu queria só relembra, Sr. Presidente, que as obras financiadas no exterior, com muito custo, o Tribunal de Contas da União conseguiu fiscalizar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Vamos passar ao processo de deliberação.

Antes, eu concedo a palavra ao eminente Líder Deputado André Moura, como último orador.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, primeiro, quero aqui comungar da posição de V.Exa. em relação à questão de que nós possamos hoje deliberar sobre os requerimentos de informação, de solicitação de documentos.

Sr. Presidente, eu também sou Sub-Relator da CPI da PETROBRAS. Nós temos situações diferentes na CPI da PETROBRAS, por exemplo, em relação à CPI do BNDES. A CPI da PETROBRAS tem uma outra característica: a de um processo de investigação em curso, já avançado, por parte do Ministério Público, da Justiça



Federal e do Ministério Público. Nós tivemos a oportunidade, desde o primeiro momento, de aprovar requerimentos de convocação, mesmo porque as informações necessárias que davam subsídios para que esses requerimentos de convocação fossem aprovados nós já tínhamos durante o processo em curso junto à Polícia Federal, o Ministério Público e a Justiça. Esta é uma característica totalmente diferente desta CPI do BNDES, quando, na verdade, nós precisamos esgotar todo esse processo de solicitação de informações de documentos, para nos dar a base necessária, o subsídio necessário, para, quando das convocações aprovadas, quando os convocados aqui comparecerem, nós termos exatamente essas informações para nos subsidiar e fazermos aqui as oitivas. Obviamente, a vinda dos técnicos do BNDES, que nos trazem as informações técnicas, econômicas e estatísticas, é de fundamental importância.

Então, somente para me somar aqui à posição de V.Exa. Entendo que hoje nós deveríamos deliberar sobre os requerimentos de solicitação de informações de documentos.

Sr. Presidente, eu tive a oportunidade de conversar com o Deputado Arnaldo Jordy e com alguns outros Parlamentares aqui, buscando exatamente esse entendimento. Aqui gostaria de fazer uma proposta a V.Exa. e a todos os membros desta CPI, proposta esta construída do diálogo com o Deputado Arnaldo Jordy. Que nós pudéssemos, hoje, portanto, deliberar aqui, como já foi dito, sobre os requerimentos de solicitação de informações e de solicitação de documentos e o compromisso de que as matérias extra pauta, com exceção da que foi proposta pelo Deputado Carlos Zarattini. Se assim for o entendimento, que nós possamos assumir o compromisso de incluí-las, Deputado Relator. Que a gente possa, Deputado José Rocha, incluí-las na próxima sessão, quando nós formos deliberar sobre todos os requerimentos de convocação.

Então, com esse compromisso aqui construído com o Deputado Arnaldo Jordy, autor de matéria extra pauta de três convocações, que possamos manter esta sessão apenas com requerimentos de solicitação de informações e de documentos. Que na próxima sessão, com esse compromisso, possamos votar, portanto, todos os requerimentos que tiverem acordo, para que sejam aprovados os requerimentos de convocação. Eu gostaria da apreciação desse requerimento que propus ao



Deputado Arnaldo Jordy e, se possível, da anuência de todos os Parlamentares que fazem parte desta CPI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Com a palavra o Deputado Arnaldo Jordy.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Sr. Presidente, só para consumir o que já foi referido pelo Deputado André, há três requerimentos de minha autoria junto com outros Deputados que os subscreveram. Eu agradeço a oportunidade de poderem subscrever esse requerimento para serem apreciados extra pauta hoje. Já estão com as assinaturas obtidas. No entanto, há a ponderação feita pelos Deputados André, Carlos Zarattini e outros, para que nós pudéssemos, com a garantia de que essas assinaturas estariam preservadas para a próxima sessão, juntamente com outros requerimentos de convocação que pudéssemos fazer na próxima sessão, até porque eu, particularmente, não via prejuízo de ser aprovado hoje, porque, de qualquer forma, já temos um calendário, salvo engano, até o dia 27 ou 29 praticamente preenchido.

Acho que esta CPI tem que claramente se manifestar acerca de alguns casos até, Sr. Presidente, na minha opinião, pela ineficácia de algumas inquirições que nós estamos fazendo. Eu, por exemplo, quero aqui dizer o que já disse: saí ontem frustrado porque as indagações que fiz ao Vice-Presidente e à doutora não foram satisfatórias; não me responderam. Isso nos remete a buscar outros caminhos, inclusive a convocação dos envolvidos, até porque, só para concluir, alguns desses envolvidos estão sendo objetos de investigação em outras esferas da República. Portanto, a situação não é tão nova assim que nos obrigue a receber todas as informações preliminarmente para depois inquiri-los, porque eles já são objetos de outras investigações em outras esferas das instituições republicanas brasileiras.

Então, aquiescendo a ponderação do Deputado André e com a aquiescência de V.Exa., eu deixo esses três requerimentos e os demais que forem sugeridos para a próxima sessão, com o compromisso de V.Exa. de que eles sejam apreciados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Eu parablenizo V.Exa., Deputado Arnaldo Jordy, e também o nosso querido Sub-Relator Deputado André Moura. É claro que o compromisso firmado está mantido.



Eu queria estender a ponderação do Deputado André e o acatamento de V.Exa. ao Deputado Bebeto, que também faz uma extra pauta, e também ao Deputado Carlos Melles, para que possamos ter o consenso de V.Exas., que apresentaram, dentro das ponderações regimentais e com número necessário, solicitação de inclusão de extra pauta.

Então, eu consulto o eminente Deputado Carlos Melles se segue na mesma linha do Deputado Arnaldo Jordy e se o Deputado Bebeto também assim o procede.

O SR. DEPUTADO BEBETO - Sr. Presidente, reafirmo o meu entendimento de que não há contradição entre o escopo do cronograma do trabalho que nós apresentamos e a votação desses requerimentos e a sua inclusão extra pauta no dia de hoje, até porque nós temos um ordenamento para oitivas e convocações por núcleo que nós estabelecemos, mas, na linha aqui apresentada pelas Sras. e Srs. Deputados, aquiescendo a solicitação de V.Exa., gostaria de fazer duas observações. Primeira, nós temos requerimento extra pauta com número de apoio necessário, portanto, em obediência ao Regimento. V.Exa. nos faz uma solicitação da retirada deste requerimento no dia de hoje para votá-lo na próxima semana. Nós topamos, desde que não haja qualquer tipo de obstrução, qualquer manifestação que questione o conteúdo e se for um acordo para aprovação em bloco dos requerimentos que constam extra pauta; senão, precisamos saber se há acordo com o Relator, com V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - V.Exa. está condicionando a retirada do extra pauta com a votação...

O SR. DEPUTADO BEBETO - Do requerimento na próxima sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Na próxima sessão. Isso foi colocado pelo Deputado André Moura de uma forma muito clara e cristalina.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Sr. Presidente...

O SR. DEPUTADO BEBETO - Acordo do Requerimento nº 236...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Eu acho que nós não temos nenhum tipo de problema. Tem a palavra o Deputado Carlos Zarattini.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Eu queria ponderar ao Deputado Bebeto o seguinte: acho que nós podemos fazer um acordo aqui em relação à



pauta, mas, por exemplo, eu quero ter o direito de examinar o conjunto de convocações que vêm na próxima audiência, na próxima sessão.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Deputado Carlos Zarattini, se V.Exa. me permite...

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Pode ser que haja requerimentos com os quais eu não esteja de acordo, não digo especificamente em relação a esse, mas a outros requerimentos. Então, eu não vou, na próxima sessão, concordar em votar... Pode ser que eu concorde em votar em bloco, mas pode ser que eu não concorde. Então, eu quero me reservar ao direito, Deputado Bebeto, de não firmar esse acordo com o senhor, porque eu não sei exatamente o que vai estar na pauta da próxima sessão.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Deputado Carlos Zarattini, a minha proposta, para deixar claro, obviamente, é a proposta para que nós possamos votar na próxima semana, sem o compromisso de votar a favor ou votar contrário. Cada um vai examinar para poder votar, mas que possamos votar em bloco dentro do que foi construído, do que ficar aqui acordado, sem o compromisso, logicamente, com o conteúdo, com o mérito, mas que nós possamos votar em bloco o que ficar aqui acordado.

Entendo que é uma proposta que pode ser consensual e que nós podemos, portanto, permanecer hoje votando os requerimentos de informação e solicitação e, na próxima semana, os requerimentos de convocação.

O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES - Presidente, só um complemento. A nossa bancada quer apoiar, mas é preciso deixar claro que nós queremos que na próxima sessão deliberativa, na terça-feira, sejam votadas convocações.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Isso já está ratificado.

O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES - Só para reforçar o entendimento, as bancadas vão deliberar quem vai votar a favor ou contra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Exatamente. O Plenário é soberano.

O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES - O compromisso público que nós queremos é este: convocação de empresários, para que possamos avançar nas investigações.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Deputado Betinho, o Deputado André Moura fez a sua ponderação, construiu o acordo e assumiu um compromisso. Deste Presidente V.Exas. só podem esperar a ratificação do compromisso assumido pelo Deputado André, também com a anuência dos três Parlamentares. Se vão aprovar ou se vão derrotar o requerimento, isso já é outro cenário.

O SR. DEPUTADO BEBETO - Presidente, a ponderação que eu apresentei não é no sentido de os Srs. e as Sras. Parlamentares aprovarem o requerimento. O conteúdo que nós estamos apresentando, da convocação do Sr. Joelhe, dono da JBS, objeto de uma série de questionamentos nesta Casa, é específico. Portanto, não estou aqui buscando um pronunciamento antecipado dos Srs. Deputados no sentido da aprovação, mas que ele conste da pauta, do debate, da votação desse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Exas.

Informo aos Parlamentares que recebemos do BNDES dados e cópias de documentos, em resposta aos Requerimentos n.º 7, 8, 11, 15, 16, 37, 38 e 60, de 2015. O acesso a esses documentos será franqueado aos membros da Comissão na Secretaria da CPI. Nos termos da legislação vigente, deverá ser assinado termo de compromisso de não divulgação das informações e não serão permitidas cópias ou anotações dos dados pesquisados.

Passa-se à Ordem do Dia. Mais uma vez, eu pergunto a V.Exas. se há acordo para deliberação em bloco.

Concedo a palavra ao Deputado Edito Lopes.

O SR. DEPUTADO EDITO LOPES - Muito obrigado, Presidente.

A minha intervenção já fora resolvida, Sr. Presidente. Eu só gostaria de saber, naquele momento, se estaria aqui em discussão o mérito dos extra pautas desta sessão para a outra, mas isso já é matéria pacificada.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Exas.

Pauta da Reunião Ordinária de 2 de setembro de 2015. Deliberação de requerimentos:

Item 1. Requerimento nº 14, de 2015, do Sr. Miguel Haddad.



-
- Item 2. Requerimento nº 91, de 2015, do Sr. João Gualberto
 - Item 3. Requerimento nº 135, de 2015, do Sr. Augusto Coutinho.
 - Item 4. Requerimento nº 138, de 2015, do Sr. Augusto Coutinho.
 - Item 5. Requerimento nº 139, de 2015, do Sr. André Moura.
 - Item 6. Requerimento nº 140, de 2015, do Sr. André Moura.
 - Item 7. Requerimento nº 141, de 2015, do Sr. André Moura.
 - Item 8. Requerimento nº 142, de 2015, do Sr. André Moura.
 - Item 9. Requerimento nº 143, de 2015, do Sr. André Moura.
 - Item 10. Requerimento nº 144, de 2015, do Sr. André Moura.
 - Item 11. Requerimento nº 145, de 2015, do Sr. Sérgio Vidigal.
 - Item 12. Requerimento nº 156, de 2015, do Sr. Betinho Gomes.
 - Item 13. Requerimento nº 163, de 2015, do Sr. Euler Chuvinhe.
 - Item 14. Requerimento nº 166, de 2015, do Sr. Alexandre Bady.
 - Item 15. Requerimento nº 169, de 2015, do Sr. Edito Lopes.
 - Item 16. Requerimento nº 170, de 2015, do Sr. Delegado Edson Moreira.
 - Item 17. Requerimento nº 171, de 2015, do Sr. Delegado Edson Moreira.
 - Item 18. Requerimento nº 172, de 2015, do Sr. Delegado Edson Moreira.
 - Item 19. Requerimento nº 173, de 2015, do Sr. Delegado Edson Moreira.
 - Item 20. Requerimento nº 174, de 2015, do Sr. Delegado Edson Moreira.
 - Item 21. Requerimento nº 175, de 2015, do Sr. Delegado Edson Moreira.
 - Item 22. Requerimento nº 176, de 2015, do Sr. Delegado Edson Moreira.
 - Item 23. Requerimento nº 177, de 2015, do Sr. Delegado Edson Moreira.
 - Item 24. Requerimento nº 178, de 2015, do Sr. Arnaldo Jordy.
 - Item 25. Requerimento nº 180, de 2015, do Sr. Arnaldo Jordy.
 - Item 26. Requerimento nº 181, de 2015, do Sr. Augusto Coutinho.
 - Item 27. Requerimento nº 182, de 2015, do Sr. Augusto Coutinho.
 - Item 28. Requerimento nº 184, de 2015, do Sr. Delegado Edson Moreira.
 - Item 29. Requerimento nº 185, de 2015, do Sr. Delegado Edson Moreira.
 - Item 30. Requerimento nº 192, de 2015, do Sr. Alexandre Bady.
 - Item 31. Requerimento nº 194, de 2015, do Sr. Betinho Gomes.
 - Item 32. Requerimento nº 198, de 2015, dos Srs. Alexandre Bady e Betinho Gomes.



Item 33. Requerimento nº 200, de 2015, do Sr. André Moura.

Item 34. Requerimento nº 201, de 2015, do Sr. André Moura.

Item 35. Requerimento nº 202, de 2015, do Sr. André Moura.

Item 36. Requerimento nº 203, de 2015, do Sr. André Moura.

Item 41. Requerimento nº 210, de 2015, do Sr. Carlos Zarattini.

Item 43. Requerimento nº 213, de 2015, dos Srs. Caio Narcio e Betinho Gomes.

Item 44. Requerimento nº 215, de 2015, do Sr. André Fofoca.

Item 45. Requerimento nº 216, de 2015, do Sr. André Fofoca.

Item 46. Requerimento nº 217, de 2015, do Sr. André Fofoca.

Item 47. Requerimento nº 227, de 2015, da Sra. Cristiane Brasil.

Item 48. Requerimento nº 229, de 2015, do Sr. Marcelo Squassoni.

Item 49. Requerimento nº 230, de 2015, do Sr. Marcelo Squassoni.

Item 50. Requerimento nº 231, de 2015, do Sr. Marcelo Squassoni.

Consulto se as Sras. e os Srs. Parlamentares gostariam de se manifestar.

Concedo a palavra ao Deputado Delegado Edson Moreira.

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - Rápido e rasteiro, igual a time peixeiro. Qual é o time peixeiro? O Santos.

Sr. Presidente, eu estou vendo o pessoal fazer pergunta para os convocados, que respondem...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Deputado Edson, nós estamos em votação ainda. Deixe-nos terminar o processo de votação. V.Exa. quer encaminhar a votação?

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - Eu estou encaminhando.

Então, o cara responde o que quer e ninguém sabe nada, ninguém estudou nada. Sr. Presidente, vamos estudar o negócio para fazer a pergunta certa. Por isso que eu estou pedindo esses dados, que são de suma importância para se fazer as perguntas para os convocados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Exa.

Em votação, em bloco, os requerimentos.



As Sras. e os Srs. Parlamentares que os aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados.

Nada mais havendo a tratar, encerro a presente reunião, antes convocando V.Exas. para reunião desta Comissão amanhã, às 9 horas, em plenário a ser definido, para a oitiva do ex-Presidente do BNDES, Sr. Demian Fiocca.

Está encerrada a reunião.

Muito obrigado. Que Deus abençoe a todos!